**GESTÃO E QUALIDADE EDUCACIONAL: O CASO DE MOSSORÓ (RN)**

Jéssica Marina Rodrigues dos Santos

Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

jessicamarinarodrigues@gmail.com

Orientador(a):Iasmin da Costa Marinho

Professora Assistente da FE-UERN

Doutoranda em Educação pela UECE

[iasmincostamarinho@gmail.com](mailto:iasmincostamarinho@gmail.com)

**RESUMO**

Este trabalho é recorte de Monografia defendida no âmbito da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), e tem como objetivo apresentar entre gestão e qualidade educacional no âmbito do município de Mossoró (RN), a partir da leitura dos dados de evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Nesse sentido buscamos revistar as produções sobre o tema da Gestão e Qualidade na Educação. Para isso foi realizada consulta às bases de dados da *Scientific Eletronic Library Online (SciELO)*; Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal (*Redalyc*) e Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE). Na análise da política municipal de educação “Mapa Educacional” realizamos uma pesquisa documental, com ênfase na Lei de Responsabilidade Educacional nº 2.717/2010, e nos Jornais Oficiais de Mossoró (JOM), contendo o Regulamento do Prêmio “Escola de Qualidade” e demais dados necessários à discussão. Como forma de embasamento à discussão recorreu-se às bases do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira (INEP); ao Censo Escolar e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pode-se observar a partir da leitura de evolução do IDEB no município que o mesmo apresenta um crescimento positivo nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no entanto, para os anos finais, o município encontra-se abaixo das metas estipuladas pelo INEP, tendo neste recorte de atuação uma problemática a ser enfrentada.

**Palavras-chaves:** Gestão Educacional. Qualidade. Resultados. IDEB. Mossoró (RN).

**INTRODUÇÃO**

Este trabalho é recorte de Monografia[[1]](#endnote-1) defendida no âmbito da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), e tem como objetivo apresentar entre gestão e qualidade educacional no âmbito do município de Mossoró (RN), a partir da leitura dos dados de evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A fim de assegurar melhoria nos indicadores educacionais das escolas de Educação Infantil e do Ensino Fundamental, o município de Mossoró (RN) vem, nos últimos anos, adotando o Mapa Educacional como um instrumento de registro dos indicadores que sistematizam os resultados da qualidade do ensino da Rede Municipal de Educação. A estratégia do Mapa Educacional está posta no artigo 9º da Lei de Responsabilidade (LRE) – n. 2.717/ 2010 – que o institui e dá outras providências.

O Mapa Educacional é construído anualmente pelas escolas desde 2009, mas sua primeira premiação divulgada foi em 2010, seguindo os indicadores da Secretaria da Educação para nortear a criação de metas, visando segundo este documento a qualidade de ensino. Durante o ano letivo a equipe escolar desenvolve projetos de atividades correspondentes ao Mapa Educacional, reúne estas atividades e constrói um dossiê, que é encaminhado à rede municipal de ensino para análise por equipe designada pela Diretoria Executiva Pedagógica. Avaliados os dossiês, a prefeitura premia em dinheiro as unidades que “melhor” se qualificaram, e as escolas que são tituladas nos primeiros e segundos lugares recebem o “Selo Escola de Qualidade”.

Para além das políticas municipais de Gestão por/para resultados, a política nacional do IDEB, introduzida a partir do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), vem a legitimar o movimento de corrida por melhores indicadores e resultados, que tem se acentuado a partir do ano de 2007. Nessa perspectiva, observando que há uma política municipal voltada para a melhoria dos indicadores, o artigo pretende observar qual a evolução do IDEB no município, e se a adoção dessas medidas vem se traduzindo nos resultados nacionais para os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

Nesse sentido buscamos revistar as produções sobre o tema da Gestão e Qualidade na Educação. Para isso foi realizada consulta às bases de dados da *Scientific Eletronic Library Online (SciELO)*; Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal (*Redalyc*) e Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE).

Na análise da política municipal de educação “Mapa Educacional” realizamos uma pesquisa documental, com ênfase na Lei de Responsabilidade Educacional nº 2.717/2010, e nos Jornais Oficiais de Mossoró (JOM), contendo o Regulamento do Prêmio “Escola de Qualidade” e demais dados necessários à discussão. Como forma de embasamento à discussão recorreu-se às bases do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira (INEP); ao Censo Escolar e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**GESTÃO E QUALIDADE EDUCACIONAL: NOTAS SOBRE O TEMA**

A educação enquanto política pública e social é regulamentada e garantida pelo estado democrático de direitos, nesse sentido é possível afirmar que a qualidade assume inúmeros direcionamentos ao longo do tempo, perpassando as questões políticas e de contexto em que se inserem e sofrem modificações ao longo desse percurso.

As políticas educacionais estão direcionadas ao envolvimento e o comprometimento de diferentes atores, inclusive gestores e professores vinculados aos diferentes sistemas de ensino. (DOURADO, 2007). A política é um meio social de suprimir as necessidades e os anseios da sociedade. Na política educacional, a escola não se reduz “a um mero reverso das políticas”, mas se configura como um espaço de reflexão, reconstrução e de inovação, oferecendo elementos para a formulação de novas políticas construídas pelos atores que a compõe. (VIEIRA, 2007).

As políticas educacionais no Brasil, têm assumido papel norteador na definição da qualidade por meio de políticas de avaliação (BAUER; GATTI, 2013).

Com a introdução do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em 1990, o governo trouxe à tona a preocupação de diagnosticar e monitorar o aprendizado da população escolarizada no Brasil. Como a implementação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), em 2007, esse acompanhamento se deu de forma ainda mais atuante, levando em consideração a mobilização de diretores e professores para a melhoria da qualidade do ensino. Tal mobilização ocorreu, no entanto, em movimento diverso em suas proposições[[2]](#footnote-1), provocando efeitos variados no nível de sistemas e suas escolas (MACHADO, 2012; 2013).

Pesquisa internacionais (MC KINSEY, 2007; 2010, OCDE, 2012) anunciam variáveis importantes ao sucesso escolar, no tocante aos resultados de desempenho educacional, com destaque ao papel do gestor na escola, sua liderança, e as tarefas que ele desempenha em prol do clima escolar, professores e alunos.

Estudos publicados em parceria como o Ministério da Educação, entre outras organizações, a exemplo: Ministério da Educação e Fundo das Nações Unidas para a Infância (2006), Ministério da Educação (s.d., 2010) e MEC/UNICEF/União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (2008), centraram esforços em reunir melhores práticas escolares, com pesquisas em campo, abrangendo o desempenho de gestões estaduais e municipais. A temática sobre as boas práticas, sucesso escolar, interligadas a gestão educacional e escolar, têm crescido ao longo dos anos após a inserção das avaliações educacionais.

Para tanto, é importante destacar que o Brasil avalia, atualmente, a qualidade educacional por meio de um indicador quantitativo, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Criado em 2007, o índice combina dados de proficiência das avaliações externas e taxas de rendimentos. Seus resultados são publicados para o país, Estados, Municípios e Escolas. Tal indicador, de acordo com o Ministério da Educação (MEC), tem por objetivo mensurar a qualidade do ensino ofertado pelo sistema educacional brasileiro, subsidiando informações importantes para o desenvolvimento de políticas a melhoria da educação nacional.

No entanto, este modelo de qualidade educacional quantitativo não é novo. Desde os anos 1970 o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, seguindo uma lógica de mercado, subordinaram países da América Latina a seguirem o modelo de administração de políticas públicas de maneira gerencial, seguindo princípios mercadológicos: competitividade, avaliação quantitativa e premiação.

Assim, mecanismos da administração capitalista, como a gerência e a divisão pormenorizada do trabalho, gerados no seio da empresa capitalista e aí adotados, como vimos, para resolver problemas que são, antes de mais nada, de natureza econômica e social, são tomados como transplantáveis para a situação escolar, sob justificativas meramente técnicas, sendo tratados de maneira autônoma, desvinculados dos condicionantes sociais e econômicos que os determinam. Dessa forma, contribuem também para ocultar ou escamotear os próprios determinantes concretos da prática da Administração Escolar (PARO, 2012, p. 167).

As referências de qualidade educacional, englobando a gestão, passam a ser consideradas como resultados provenientes dessas avaliações. O padrão de qualidade com base nos resultados das avaliações externas sofre alargamento em suas proposições tendo atualmente no Brasil uma forte proliferação de sistemas próprios de avaliação de Estados e Municípios (BAUER; GATTI, 2013; BAUER, Et. al, 2016).

Em 2007, com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Governo de Luís Inácio Lula da Silva, institui-se o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), absorvendo e redimensionando a proposta de mensurar a qualidade da educação brasileira por meio das avaliações externas. A partir da introdução do índice, as escolas e sistemas, passam a integrar em sua lógica de funcionamento e gestão uma “corrida” por resultados, explorando e formulando novas políticas de bonificação e premiação para atender às metas do IDEB (TAVARES, P.; PONCZEK, V., 2014; OSHIRO, Et. al., 2015).

O atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), implementado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, nos traz a qualidade como o IDEB, instituindo um panorama de metas do índice a serem cumpridas no intervalo de 10 anos para o Ensino Fundamental e Ensino Médio. Dessa forma, o discurso oficial reafirma o que compreende e estipula como qualidade para a educação brasileira enquanto uma nota, que combina dados de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, provenientes da Prova Brasil, somado às taxas de rendimento. Como destaca Dermeval Saviani “A legislação constitui o instrumento através do qual o Estado regula, acentuando ou amenizando as tendências em marcha.” (2015, p. 25).

Estudiosos revelam que essa conduta em prol da qualidade da educação no Brasil nos últimos anos tem compactuado para a existência de uma Política de Avaliação que orienta o funcionamento e gestão da educação como um todo. É possível perceber que a Política Educacional tem sido posta e dominada pelos processos avaliativos, fruto da perspectiva e reafirmação de um Estado-Avaliador e de processos de responsabilização (*accountability*) que tem como foco principal a escola. Os efeitos perversos dessas práticas estão orientados sob a ótica de organismos internacionais e de uma faixada de “modernização” que mais restringe e amplia as desigualdades dentro e fora da escola, do quê oportuniza e solidifica a garantia de direitos de uma educação de qualidade para todos (OLIVEIRA, 2014).

Esse processo de “modernização” de avaliação para/por resultados, coloca a gestão escolar em uma lógica mercantil. Onde o principal foco é atingir os indicadores de qualidade de maneira mecanizada e sistêmica. As avaliações citadas têm como semelhanças a importância para a escola e para o estudante, por serem um forte indicador de qualidade. Entretanto, estes processos avaliativos externos, em larga escala são usadas pelo estado capitalista para exercer controle sobre a educação que é regida internamente na instituição de ensino.

O atual modelo de avaliação da qualidade do ensino torna a gestão dos sistemas e escolas um modelo gerencialista, e sua principal característica é voltar-se às avaliações externas, aos índices acompanhando a lógica mercantil de atingir para ter. Freitas (2014) destaca:

(...) a implantação das avaliações externas à escola seguidas de processos de responsabilização, como forma de alavancar o aumento das médias de desempenho dos estudantes nas avaliações nacionais e nos exames internacionais. Paulatinamente, com ajuda pesada da mí­dia, a elevação de médias de desempenho dos estudantes passou a ser aceita como *referência do que consideramos hoje uma boa educação*, sem que uma reflexão crítica sobre as formas de organização do trabalho pedagógico da sala de aula e da escola tenha força para retornar ao debate.

Dessa forma, pode-se observar que a nova lógica das políticas avaliativas, introduzidas no âmbito dos sistemas e escolas, deu um novo tom para pensar a Gestão Educacional, inserindo novas perspectivas de trabalho, ações e metas a este setor.

**RECORTE DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE MOSSORÓ**

Em Mossoró a política municipal de educação é regida pela Lei de Responsabilidade Educacional (LRE n. 2.717/ 2010), tendo como objetivo promover a melhoria da qualidade do ensino, para atingi-lo, propõe a execução de ações planejadas, o estabelecimento de metas, investimentos financeiros e avaliação do desempenho, bem como a instituição de alguns instrumentos que serão construídos pela Rede Municipal de Educação. A Lei de Responsabilidade Educacional (LRE) é criada para melhorias dos planos, metas e indicadores de qualidade para a educação pública municipal. Esse modelo de política educacional vem marcado pelo gerencialismo, de acordo com Shiroma e Campos (2006, p.227),

É um movimento que tenta modificar não só a organização da escola, imprimir outra lógica ao funcionamento do sistema educacional [...]”, visa, sobretudo, “operar uma transformação na subjectividade dos educadores, por meio da implantação de mecanismos bastante objectivos de controle que afectam a organização, a avaliação e, portanto, a gestão do trabalho docente.

Focaliza-se a conquista de metas e planos, tendo assim a concepção que atingindo tais indicativos solucionaria os problemas da educação e garantiria uma qualidade real. Esquece completamente todo o debate político social sobre o que representa qualidade para a sociedade, envolve-se em um discurso completamente tecnicista: atingir para ter.

O discurso gerencialista oferece representações particulares da relação entre problemas sociais e soluções. É linear e orientado para um pensamento único. Preocupa-se com metas e planos mais que com intenções e julgamentos. Refere-se a ação mais que a reflexão. Concentra-se em análises mais que em sínteses. Estabelece fronteiras entre políticas e fornecimento, estratégia e implementação, pensamento e ação. Oferece um discurso tecnicista que priva o debate sobre suas bases políticas, de modo que a discussão sobre os meios suplanta a dos fins (CLARKE & NEWMAN,1996, p. 148).

Nessa perspectiva, determinando metas e indicadores, responsabilizando o gestor escolar e as escolas para a qualidade que elas imprimem. O Mapa Educacional é definido no artigo 9º, onde é determinado as suas metas e indicadores, os quais, as instituições de ensino devem apresentar resultados anuais comprovados a partir de dossiês, os quais envolvem decorrências acerca de treze metas: *Matrícula e Evasão Escolar, Infraestrutura, Rendimento Escolar, Desempenho do Aluno, Programas Educacionais de Apoio ao currículo escolar, Programas Educacionais de Apoio aos professores e servidores técnicos, produção pedagógica, científica e cultural, promoção de atividades de Responsabilidade Social, Programas de Apoio às famílias, Corpo Docente,  funcionários da educação,  funcionamento dos Conselhos Escolares, modernização pedagógica e administrativa.* Em seguida, determina que a cada ano os indicadores devem apresentar-se de maneira crescente.

O artigo 11º determina as honrarias e prêmios oferecidos aos profissionais que estão à frente das escolas com maiores índices. Criando uma competição entre escolas e docentes, perante concepção mercadológica da educação, gerencialista.

Nesse breve recorte acerca do desenho da política educacional de Mossoró (RN), pode-se observar o movimento contínuo, iniciado em 2010 por meio da Lei de Responsabilidade Educacional para a melhoria dos indicadores educacionais. Tendo como base essas referências, questiona-se como essa política e todos esses processos tem repercutido nos resultados do IDEB do município? Nesse ensejo, o tópico seguinte observa as características do município e sua evolução no IDEB dos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental.

**CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DO IDEB EM MOSSORÓ (RN)**

Mossoró é um município do interior do Estado do Rio Grande do Norte (RN), localizado à Oeste da Região Nordeste do país e denominado por muitos como “A Capital do Oeste Potiguar” ou “Capital Cultural do Rio Grande do Norte”. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui extensão territorial de 2.099,333 km², 259.815 habitantes, e IDH de 0,720, sendo considerada uma cidade de médio porte com forte atratividade aos investimentos econômicos no país.

Sua economia está pautada na produção de petróleo e sal marinho, sendo reconhecido nacionalmente como o maior produtor desses insumos, e, também, na fruticultura irrigada, por meio da exportação. Essa dimensão econômica do município incide diretamente no seu PIB per capita, sendo considerado um dos maiores da região no valor de R$ 20.983,80 (2015).

Conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Censo Escolar de 2017, o município possui 212 escolas entre Unidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Suas taxas de matrícula para o ano de 2017 foram de 4.634 estudantes em creches; 7.503 na pré-escola; 20.381 nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 16.467 nos anos finais. A taxa de escolarização do município para a faixa etária de 6 a 14 anos, foi de 97,7 de acordo com o Censo de 2010.

Em 2017, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica dos anos iniciais do Ensino fundamental no município foi de 5,3. Para os anos finais, o município obteve índice de 3,7.

**Gráfico 1** – Evolução do IDEB em Mossoró (Anos iniciais do Ensino Fundamental)

**Fonte:** Censo Escolar/INEP (2018)

Observando o gráfico de evolução do IDEB pode-se destacar que o município encontra-se abaixo da média brasileira de 5,5 nos anos iniciais, em 2017, e supera a média estadual de 4,5 para a mesma etapa e ano. O município encontra-se ainda em 17º na posição do ranking estadual do IDEB anos iniciais com sua pontuação de 5,3 em 2017. Além disso, o crescimento observado entre 2015 e 2017 foi de apenas 0,1 décimos, diferente dos crescimentos observados no intervalo de 2007 a 2013, onde o município apresentou evolução entre 0,9 e 0,3 décimos neste período. Apesar da baixa evolução para os anos iniciais do Ensino Fundamental, o município tem superado as metas previstas pelo INEP para esta etapa.

Para os anos finais do Ensino Fundamental, o município apresenta uma estagnação entre os anos 2013 e 2017, não atingindo a meta prevista de 4,4.

**Gráfico 2 –** Evolução do IDEB em Mossoró (Anos finais do Ensino Fundamental)

**Fonte:** Censo Escolar/INEP (2018)

Nesse caso, o município de Mossoró apresenta-se abaixo da média nacional para os anos finais do Ensino Fundamental em 2017, que foi de 4,4, e está acima da média estadual que para esta etapa e ano foi de 3,4. O processo de estagnação que já se dá no intervalo de 2013 a 2017, ou seja, quatro anos, é preocupante, e registra um ponto de urgência a ser observado pela política municipal. Ao observarmos o gráfico de evolução podemos perceber que o município nunca atingiu as metas previstas pelo INEP nos anos finais do Ensino Fundamental, apresentando um crescimento muito abaixo do esperado.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com a análise política municipal de educação em Mossoró (RN), o “Mapa Educacional” e a pesquisa documental aqui concluída, com ênfase na Lei de Responsabilidade Educacional nº 2.717/2010, e nos Jornais Oficiais de Mossoró (JOM) e demais dados necessários à discussão e os dados captados e apresentados com base no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Educação Anísio Teixeira (INEP); ao Censo Escolar e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), concluímos que este processo de “modernização” de avaliação para/por resultados, impõe a gestão escolar em uma lógica mercantil falha, o principal foco é atingir os indicadores de qualidade de maneira mecanizada e sistêmica.

O município de Mossoró (RN) não conseguiu atingir com qualidade tais indicadores, apesar de haver uma política municipalizada educacional, que também funciona com o principal foco de melhoria dos indicadores educacionais. Além disso, o modelo gerencial da educação a torna mecânica e superficial, a escola trabalha para atingir os dados e conquistar o prêmio, não para oferecer uma qualidade educacional baseada na democracia e inclusão, em contrapartida, o Estado transfere o compromisso para com a qualidade educacional para a instituição escola, deixando de ser provedor para se tornar um avaliador.

Sabe-se que este trabalho não se encerra aqui, servindo de base para futuras pesquisas na área de Políticas e Avaliação Educacional.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Constituição Brasileira de 1988.

BRASIL. LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394 de 1996.

BRASIL. PNE - Plano Nacional de Educação (2014-2024). Lei nº 13.005 de 2014.

BAUER, A; GATTI, B. Ciclo de Debates: Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil - implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores. Florianópolis: Insular, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas da Educação: um convite ao tema. Trabalho apresentado em Seminário sobre Políticas Públicas de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. − 7. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2015. – (Coleção educação contemporânea).

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: Limites e Perspectivas. In: Revista Educação & Sociedade. UNICAMP- Online. Campinas, vol. 28, n.100 - Especial, p. 921- 946, out. 2007

FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. Educ. Soc., Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out/dez, 2014.

LUCE, Maria Beatriz; MEDEIROS, Isabel Letícia Pedroso de. Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PARO, Vitor Henrique. Gestão democrática da escola pública. 3. ed. São Paulo: Ática, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. Decreto n. 4.066/2012. Dispõe sobre a instituição do prêmio de 14º salário para os profissionais da educação. Secretaria Municipal de Educação – SMED. Divulgado no Jornal de Mossoró, ano V, n. 174. No dia: sexta-feira, 23 de novembro de 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. Jornal Oficial de Mossoró (JOM). Ano IX | Nº 401-A (2017).

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. Jornal Oficial de Mossoró (JOM). Ano VII | Nº 309-A (2015).

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ. Lei n. 2.717/2010. Lei de Responsabilidade Educacional. Secretaria Municipal de Educação – SMED. Divulgado no Jornal de Mossoró, ano IV, n. 75-A. No dia: terça feira, 03 de janeiro de 2011.

TAVARES, P.; PONCZEK, V. Efeitos de aumentos salariais e do pagamento potencial de bônus a professores sobre a proficiência dos estudantes. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014.

VIDAL, E. M.; VIEIRA, S. L. Gestão educacional e resultados no Ideb: um estudo de caso em 10 municípios cearenses. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 419-434, Set./Dez. 2011.

VIEIRA, S. L.; FARIAS, I. M. S. Política educacional no Brasil: introdução histórica. Brasília: Líber Livro, 2007

1. Monografia intitulada “Qualidade para quem? Reflexões sobre o Mapa Educacional em Unidade de Educação Infantil do município de Mossoró (RN)”. Defendida em junho de 2018, na FE-UERN. [↑](#endnote-ref-1)
2. Estudos apontam para alguns movimentos de redução e indução curricular de acordo com as matrizes das avaliações externas; criação de Sistemas de Avaliação no âmbito de Estados e Municípios, bem como, introdução de políticas de bonificação para escolas e professores de acordo com os resultados obtidos (MACHADO & ALAVARSE, 2014; VIEIRA & VIDAL, 2014). [↑](#footnote-ref-1)